



A noção de texto na semiótica: do texto-absoluto ao texto-objeto*

Letícia Moraes**

Resumo: O presente artigo consiste em um estudo sobre a noção de texto na semiótica de filiação greimasiana. Neste trabalho, apresenta-se uma hipótese de percurso textual, demonstrando como a geração do texto se dá a partir de uma grandeza de ordem epistemológica até a sua manifestação em um objeto semiótico. Com base nos estudos de L. Hjelmslev (2013 [1943]) e A. J. Greimas (1974; 2008 [1979], em colaboração com J. Courtés), discute-se a importância da análise hjelmsleviana para a constituição do objeto semiótico e apresenta uma hipótese de organização do percurso gerativo textual, desvelando seus polos e suas instâncias intermediárias - a instância textual e a instância da textualização. O percurso textual, que tem o seu início demarcado no texto-absoluto e o seu fim na manifestação do texto-objeto, auxilia a compreensão de como os diferentes objetos (ex. a canção, a pintura, a dança, a arquitetura, as práticas, etc.) podem ser concebidos com base em uma grandeza não analisada, não quantificável e geral, tornando-se, todos eles, ao final do percurso, objetos semióticos. Espera-se, com a proposta, contribuir para a discussão acerca do texto enquanto objeto da semiótica.

Palavras-Chave: texto; semiótica; epistemologia; Hjelmslev; percurso textual.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.162157> .

** Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo (USP), SP, Brasil. E-mail: lesemiotica@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4642-5974> .

Introdução

A presença de Louis Trolle Hjelmslev neste trabalho justifica-se sob duas principais constatações: (1) o linguista foi o primeiro a dar ao texto um lugar primordial na teoria da linguagem e, graças a ele, a linguística presenciou o fenômeno que ficaria conhecido como a “virada textual”. Além disso, foi Hjelmslev, como aponta Kyheng (2005), o primeiro linguista a conceitualizar o texto, em uma tentativa de compreensão do objeto, quando nem mesmo a filologia, a própria linguística e outras áreas, que têm seus campos de atuação em interface com a linguagem, haviam realizado tal feito.

Ainda é preciso considerar que (2) a semiótica da Escola de Paris, desde as primeiras décadas de sua formulação, e até os dias atuais, com semioticistas contemporâneos, como Claude Zilberberg, usufruiu dos estudos hjelmslevianos. Muitos dos princípios da semiótica, que assumimos como terreno teórico e epistemológico em nossa pesquisa, estão calcados na teoria de Hjelmslev; ele é reconhecido como uma das principais influências teóricas para a concepção do projeto da semiótica. É, principalmente, a partir dessa constatação que algumas reflexões sobre a concepção do texto em sua obra aparecem em nossas proposições de um percurso textual do objeto semiótico. Embora não fosse um semioticista, Hjelmslev é certamente um nome importante quando pensamos no embrião epistemológico da semiótica de Greimas.

A noção de texto na obra de Hjelmslev foi estudada por Sémir Badir (2005; 2012; 2014)¹. Nesta última referência, *Épistémologie sémiotique. La théorie du langage de Louis Hjelmslev* (2014), Badir dedica um capítulo inteiro à investigação da noção de texto presente no conjunto da teoria desenvolvida pelo linguista dinamarquês. É sobre essa noção que discorreremos na seção seguinte.

Contraporemos, em seguida, a noção de texto hjelmsleviana à noção de texto na obra de Algirdas Julien Greimas, mais especificamente no artigo *A enunciação – uma postura epistemológica* (s/a [1974]) e no *Dicionário de semiótica*, escrito a quatro mãos por Greimas e Courtés (2008 [1979]). Acreditamos que a obra de Greimas dá continuidade a noção de texto hjelmsleviana, evidenciando a natureza complexa do texto – enquanto objeto teórico e empírico da semiótica. A partir dessa constatação, perguntamo-nos como uma grandeza homogênea e teórica poderia gerar um objeto semiótico. Para responder à questão, organizamos o trajeto que o texto perpassa desde o sistema até a sua manifestação em forma de um percurso gerativo textual².

¹ A noção de texto hjelmsleviana foi estudada, também, por Conte (1985), Rastier (1997), Kyheng (2005) e De Angelis (2018). Em terras brasileiras, Lindenberg Lemos (2015), no *Cap. 2.1*, discorre sobre as acepções de textos hjelmslevianos com base em Badir (2005; 2014).

² No momento de publicação deste texto, a proposta apresentada continua em desenvolvimento em nossa tese de doutorado, intitulada “A noção de texto na semiótica” (2016-2020), sob a supervisão do Dr. Ivã Carlos Lopes (USP) e Dr. Sémir Badir (Ulg), cadastrada no Departamento de Linguística, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), na Universidade de São Paulo (USP).

1. A noção de texto em Hjelmslev

Na obra *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2013 [1943]), Hjelmslev apresenta ao leitor duas acepções de texto: (i) referente aos dados da experiência antes da análise, isto é, uma totalidade absoluta – condição necessária, diga-se de passagem, para que se instaure a análise, e (ii) compreendida enquanto objetos empíricos e que só pode existir tanto quanto submetida à análise, pois está intimamente relacionada à manifestação, prevendo uma função entre uma forma manifestada e uma substância manifestante. No capítulo 6 da obra mencionada, o linguista faz distinção gráfica (no original, em dinamarquês, *text* e *texter* correspondem às formas no singular e plural)³:

[...] a teoria da linguagem se interessa pelo texto [...], ela deve também mostrar como é possível, do mesmo modo, fornecer qualquer outro texto da mesma natureza suposta, fornecendo-nos instrumentos utilizáveis para tais textos. (Hjelmslev, 2013 [1943], p. 20)

Como uma totalidade absoluta e universal, o texto pode ser manifestado de diversas maneiras, porque ele próprio não é determinado pela experiência, possibilitando, por essa razão, que a teoria calcule uma variada gama de possibilidades de manifestação. O processo textual, que desenvolveremos mais adiante no trabalho, como um percurso gerativo, é intrinsecamente paradoxal; a análise – cuja existência é primordial para o desencadeamento do processo ou percurso textual – faz-se presente a partir de uma totalidade absoluta (o texto), que só pode ser considerada como tal porque ainda não foi submetida à análise, mas é ela própria, também, o elemento gerador da análise. Assim, ao final do percurso, a partir da totalidade absoluta, serão gerados objetos semióticos (os textos).

A relação entre os termos e as acepções, na obra de Hjelmslev, é notada por Rastier ao ressaltar que, em *Prolegômenos*, “o texto no singular (*text*) designa uma sintagmática, enquanto os textos no plural (*texter*) designam unidades linguísticas – que não são apenas unidades empíricas, uma vez que podem ser geradas pela teoria” (1997, p. 142, tradução nossa)⁴. Ao contrário da concepção de texto, os textos são deduzíveis diretamente dos dados da experiência por meio da análise. Eles são, na perspectiva do linguista

³ Na língua, a marcação morfológica de plural em muitos substantivos pode não designar uma multiplicação quantitativa da entidade denotada, mas uma entidade de natureza diferente, como ocorre, em português, com: bem – bens, mal – males, vergonha – vergonhas. No sentido proposto por Hjelmslev, texto e textos, segue essa mesma regra.

⁴ “[...] texte au singulier (*text*) désigne une syntagmatique, alors que textes au pluriel (*texter*) désigne des unités linguistiques – qui ne sont pas seulement des unités empiriques, puisqu’elles peuvent être engendrées par la théorie.”

dinamarquês, os objetos da linguística, apresentando-se como resultados da análise.

Desta maneira, o analista deve prever todas as possibilidades do sistema e “admiti-las na teoria de tal modo que esta se aplique a textos e a línguas que ele ainda não encontrou, e dos quais talvez alguns nunca se realizem” (Hjelmslev, 2013 [1943], p. 20). Observa-se, ainda, que essa concepção de texto (*textos*), no contexto de leitura hjelmsleviana, tem uma extensão limitada aos estudos linguísticos, diferente da primeira, que possui uma extensão universal e, por isso, com vocação epistemológica (Badir, 2014).

A dupla acepção dada à noção de texto em *Prolegômenos* é ressaltada por Badir (2005) ao usar a expressão “desespero” para qualificar o sentimento hjelmsleviano diante do problema do texto, paixão que o próprio Saussure teria tido de maneira muito parecida e que o impedia de publicar suas pesquisas enquanto vivo. Em Hjelmslev, o desespero advém, na ótica do semioticista, da “impossibilidade de conciliar as microanálises da glossemática com os grandes preceitos epistemológicos, que essas análises requerem, mesmo que seja à sua revelia” (Badir, 2005, p. 2). Considera-se, assim, que a glossemática seja uma teoria linguística e, por vocação, semiótica; se, por um lado, ela é submetida à linguística, tratando de inclusive levar adiante a linguística saussuriana, por outro, ela caminha para uma epistemologia da linguagem, com postulados que ultrapassam os limites da linguística e constituem uma verdadeira epistemologia, que dá conta, também, de outros objetos que não sejam somente aqueles linguísticos. Essa característica será importante no desenvolvimento da semiótica de Greimas.

2. A noção de texto em Greimas

Sabe-se que a teoria semiótica de Greimas, de maneira geral, é influenciada pelos escritos hjelmslevianos; com a noção de texto não poderia ser diferente, visto que este é considerado, por muitos estudiosos, como o objeto da disciplina. Para compreender o texto na obra do semioticista, voltaremos, portanto, a Hjelmslev.

Na entrada 90 do glossário de definições, ao final do livro *Prolegômenos* (2013 [1943]), lê-se “texto: sintagmática cujas cadeias, se forem ampliadas indefinidamente, são manifestadas por todos os sentidos” (p. 140), em outras palavras, o linguista afirma que os constituintes que fazem parte do texto podem ser manifestados para qualquer propósito, qualquer matéria e qualquer sentido (Badir, 2014, p. 149). A afirmação de Hjelmslev abre espaço para a entrada das discussões acerca da sintagmática, aproximando tal concepção de texto a ela, na mesma medida em que o texto opõe-se, por outro lado, à paradigmática. Greimas e Courtés (2008 [1979]) recuperarão esse conceito de texto sintagmático ao

compreenderem o texto como um “eixo sintagmático das semióticas não-linguísticas” (p. 503).

Também em Greimas e Courtés (2008 [1979]), encontramos a acepção de texto próxima de uma grandeza; os autores afirmam “[...] o texto designa uma grandeza considerada anteriormente à sua análise” (p. 503), em consonância com a acepção de texto absoluto (*text*) hjelmsleviana. Enquanto grandeza não analisada, o que há é a impossibilidade de se distinguir as suas partes, sendo, por isso, uma acepção que considera o texto tal e qual uma grandeza homogênea. A discretização das unidades da grandeza somente será possível a partir da análise e da instauração de um percurso textual que funcione por pressuposição lógica.⁵

Um pouco antes da publicação do *Dicionário*, Greimas escreveu um artigo, em 1974, intitulado “L'énonciation (une posture épistémologique)”⁶. Nele, o semioticista eterniza a sua conhecida frase “fora do texto não há salvação”⁷, que virou uma espécie de adágio da semiótica, atraindo numerosos debates até os dias de hoje. No mesmo parágrafo em que se encontra a passagem citada, o semioticista é enfático ao proferir “todo o texto, somente o texto, nada fora do texto” (Greimas, 2016 [1974], p. 12). Esse posicionamento de Greimas levantou, e continua a alimentar, diversos debates em torno dos limites e das expansões do objeto da semiótica; deve-se parte disso à possibilidade que o leitor encontra de interpretá-lo de duas maneiras diferentes, seguindo duas isotopias distintas, que originam e sustentam posicionamentos contrários em relação ao escopo e à natureza do objeto da semiótica.

Essas duas isotopias foram descritas por Schwartzmann (2018): a primeira delas parte do princípio de que a semiótica só tem como objeto de estudo o texto, e não há espaço para que o semioticista se preocupe com o que há de “extralinguístico” e “extratextual” no universo de significação. A segunda, por sua vez, prevê uma lógica diferente, na qual tudo é texto (incluindo o que é tido, na outra isotopia, como “extra”); não há, portanto, nenhum objeto semiótico que não possa ser lido como um texto no escopo da semiótica greimasiana.

Os leitores que compreenderam o adágio greimasiano seguindo a primeira leitura não economizam críticas aos limites do texto na teoria; para eles, a semiótica corre o risco de ser uma teoria “textualista”, limitando-se ao domínio

⁵ Quando nos referimos à análise no percurso textual, estamos lidando com o conceito teórico de análise hjelmsleviana, como será mais bem explicado na seção seguinte. A análise hjelmsleviana está localizada, por pressuposição, no início do percurso gerativo textual, antes mesmo de qualquer tipo de manifestação de uma expressão e um conteúdo, sendo ela a responsável pela atribuição do *status* de objeto semiótico a um dado elemento analisado.

⁶ Traduzido por Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz, com notas de Jean Cristtus Portela, sob o título de *A enunciação (uma postura epistemológica)*. A primeira versão da tradução foi concebida em meados de 1999. No entanto, a tradução que usamos foi atualizada e revista pelo pesquisador brasileiro em 2016. O texto, que circula como *pdf* entre a comunidade brasileira de semiótica, continua inédito, não tendo sido publicado até o momento em que escrevemos este trabalho.

⁷ “Hors du texte, point de salut”. A frase foi proferida, pela primeira vez, em um curso ministrado no Brasil, em Ribeirão Preto, em 1973.

do texto-enunciado e fechando os olhos para o universo de objetos significantes existentes além do texto. Nesta perspectiva, a semiótica é, com alguma frequência, acusada de assumir um ponto de vista reducionista e, por isso, cega aos objetos da cultura contemporânea, ao contexto, à história, à experiência, à cultura, à vida em ato; impedindo, desta maneira, os necessários avanços da teoria e da metodologia.

A segunda possibilidade de leitura, admitindo, a nosso ver, um percurso isotópico mais abrangente, tem como acepção de texto todos os objetos semióticos – o que parece ser mais condizente com o que o próprio Greimas e Courtés (2008 [1979]) descreveram, pouco tempo depois, como “cadeia sintagmática” e “eixo sintagmático”. Nesta acepção, parte-se de uma justificativa pela lógica de que todos os objetos semióticos são textos-objeto (*textes*). Isso só é possível a partir da instauração da análise em um percurso textual, todavia a condição para que ela seja empreendida é justamente a existência prévia do texto (*text*) – o texto absoluto, de caráter epistemológico.

É importante ressaltar que semioticistas contemporâneos, como Floch (1990) e suas pesquisas sobre as práticas sociais, Landowski (1989) com os estudos das experiências individuais e sociais de uma sociosemiótica preocupada com as relações vividas, e Fontanille (2008), mais tarde, com as formas de vida e os modos de existência, apenas podem encontrar o acolhimento necessário, em um percurso de continuadores da semiótica greimasiana, com a condição de que a segunda isotopia seja assumida como modo de ler o adágio de Greimas, pois é preciso, tendo em vista o escopo dos trabalhos mencionados, que se compreenda o texto-objeto como um objeto muito mais variado e complexo (ou melhor, de natureza complexa) do que a acepção restrita de texto enquanto objeto semiótico manifestado em substância verbal.

Tendo em vista as discussões realizadas sobre o texto absoluto (ou epistemológico) e o texto-objeto, assumimos a acepção deste último, no percurso textual, a partir do segundo modo de ler o adágio greimasiano. Grandeza epistemológica não quantificável, o sistema textual permite que infinitos textos-objeto, de substâncias diversas, sejam manifestados ao final do percurso, isto é, os textos-objeto. Para isso, a análise hjelmsleviana é instaurada e pressupõe a existência de instâncias intermediárias – a instância textual e a instância da textualização – responsáveis por fornecerem as condições necessárias para a geração do objeto semiótico, este compreendido como qualquer objeto passível de derivação sintagmática, ou seja, assumindo um escopo muito mais abrangente e variado. Entendemos, assim, que qualquer produção de significação humana (ex. as práticas individuais e coletivas, os rituais, etc.) é passível de ser analisada, configurando-se, portanto, como um texto-objeto.

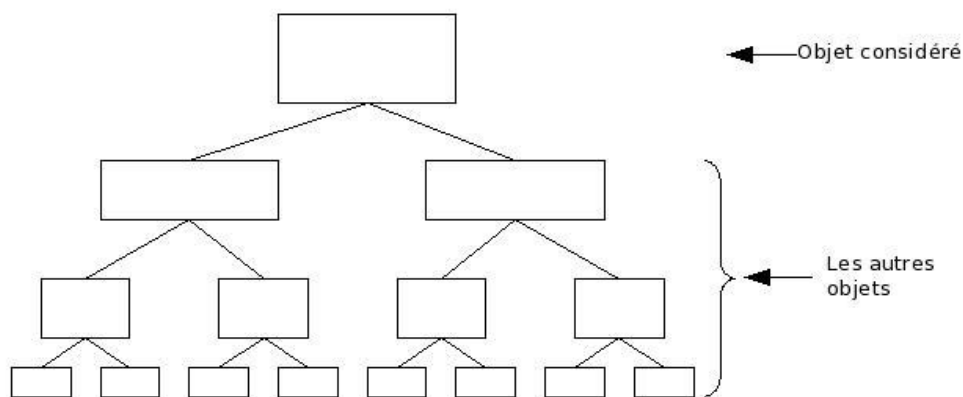
3. A análise

A análise esteve no centro da discussão existente sobre o texto desde as investigações hjelmslevianas sobre a linguagem, com a continuação na semiótica de Greimas e nos trabalhos de alguns semioticistas contemporâneos filiados ao projeto greimasiano.

Não é por menos que, nos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2013 [1943]), Hjelmslev dedica um capítulo inteiro à investigação acerca da natureza da análise. O importante nesse processo, de acordo com o linguista, não é a divisão do objeto em partes, mas o foco nas dependências mútuas estabelecidas entre essas, assim como foi arquitetado, posteriormente, na teoria de Greimas e, algumas décadas depois, na teoria tensiva, de Claude Zilberberg.

Hjelmslev qualifica a análise como “uma descrição de um objeto pela dependência uniforme de outros objetos nele e (estes) entre si” (2010 [1975], def. 3, p. 3, tradução nossa)⁸; o termo designa a relação estabelecida, de um lado, do todo com as partes e, de outro, entre as próprias partes. A representação gráfica, a seguir (ver Figura 1), demonstra como funciona uma análise:

Figura 1: Representação da análise.



Fonte: Hjelmslev (2010, Def. 3, p. 3).

O que denominamos como análise pode ser, na verdade, duas ou várias análises, pois ela consiste na descrição de um objeto e assegura as relações de dependências homogêneas entre o todo e outros objetos, como entre esses também. Assim, pode-se dizer que, entre o objeto e os derivados de primeiro grau

⁸ “[...] une description d'un objet par la dépendance uniforme d'autres objets à celui-ci et [de ceux-ci] entre eux.”

(ou seja, entre o objeto base e as suas partes), duas orientações de análise são estabelecidas: a paradigmática e a sintagmática. Sabendo que a função é uma dependência que satisfaz as condições de análise (Hjelmslev, 2010 [1975], def. 6, p. 4), tem-se duas possibilidades de funções, que correspondem às orientações da análise. No entanto, ela só poderá ser conduzida por uma única função de cada vez – ou na direção sintagmática ou na direção paradigmática –, porquanto estamos lidando com uma dependência uniforme.

Em acepção hjelmsleviana, a análise prevê uma hierarquia, cuja definição pode ser compreendida como *uma classe de classes* (Hjelmslev, 2010 [1975], def. 8, p. 5), em virtude de estabelecer uma cadeia de operações analisadas em outras operações. Quando nos referimos a uma classe, estamos lidando com um objeto que foi submetido à análise (Hjelmslev, 2010 [1975], def. 4, p. 4); a única maneira para que uma classe não seja considerada uma hierarquia é se ela for constituída por uma única classe (uma análise simples), já que toda análise contínua é, obrigatoriamente, uma hierarquia. A análise contínua, no que lhe concerne, registra operações nos níveis mais baixos, visto que ela possui uma extensão maior, condição necessária para que se tenha uma semiótica. Em outras palavras, pode-se dizer que, somente pelo estabelecimento de uma relação de hierarquia, ou melhor, pela presença de uma análise contínua, uma semiótica tem como possível a sua existência.

Uma semiótica é, à vista disso, uma hierarquia ela mesma, e “cada um de seus componentes admite uma análise ulterior em classes definidas por uma relação mútua”⁹ (Hjelmslev, 2010 [1975], Def. 24, p. 11, tradução nossa)¹⁰. A hierarquia coloca como condição uma direção; essa poderá ser, como dito, paradigmática ou sintagmática; a sua existência depende da uniformidade (ou homogeneidade) presente entre os níveis mais baixos, inferiores, da hierarquia.

Dito isso, parece-nos pertinente considerar que a hierarquia determina uma semiótica, mas não a especifica; a especificação de uma semiótica depende da condição de mutação - característica essencialmente necessária para que uma semiótica possa ser especificada dentre as hierarquias. Hjelmslev define a mutação como “uma função existente entre os derivados do primeiro grau de uma única e mesma classe”¹¹, estabelecendo “uma relação com uma função entre outros derivados de primeiro grau de uma única e mesma classe e pertencente

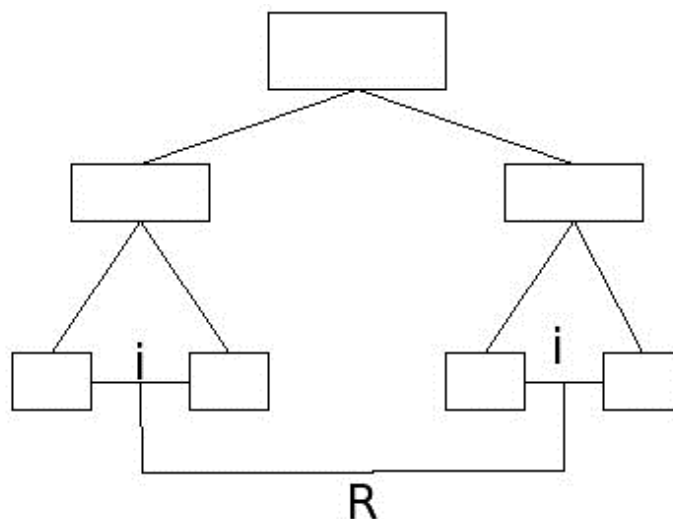
⁹ Por mútua, do francês *mutuel*, entendemos a qualidade de ser de uma única e mesma classe, “os derivados definidos por mutação mútua (def. 24) são por definição os derivados de um primeiro grau de uma única e mesma classe” (Badir, 2014, p. 107, tradução nossa para “les dérivés définis par mutation mutuelle (Déf 23) sont par définition des dérivés de premier degré d'une seule et même classe”).

¹⁰ “[...] chacune des composantes admet une analyse ultérieure en classes définies par relation mutuelle [...]”

¹¹ “[...] est une fonction existant entre des dérivés du premier degré d'une seule et même classe” (Déf. 23, p.11).

ao mesmo nível” (2010 [1975], def. 23, p. 11, trad. nossa)¹². A mutação tem como símbolo (*i*) e pode ser graficamente representada assim:

Figura 2: Mutação.



Fonte: Hjelmslev (2010, N. 15, p. 11).

Na imagem gráfica acima (ver Figura 2), o símbolo (R) representa uma rela o estabelecida pela fun o “e...e” do tipo sintagmática. Uma classe na base, ou seja, um objeto submetido   análise inicialmente, gera outras classes que, por sua vez, geram outras. Todos os níveis são ligados pela análise desencadeada na hierarquia; o nível 2 dos derivados designa a muta o (*i*) entre ambos os planos. Como a figura deixa entrever, os derivados estão em liga o pela muta o; a primeira análise   hierárquica e a segunda análise   proporcional, visto que   pela propor o que se estabelece uma rela o entre os derivados pertencentes a um plano (por exemplo, o plano de expressão) e os derivados pertencentes a um outro plano (o plano do conteúdo)¹³. A muta o (*i*)   a condi o para a existência de uma semiótica, na medida em que ela sustenta a existência da rela o (R) responsável por conceber o objeto semiótico.

A teoria da linguagem determina a análise sobre um dado empírico, isto  , o texto; a análise conduz, então, a instaura o de um objeto de conhecimento, ou seja, uma semiótica. Dizemos, assim, que   em razão da análise que o texto assume o estatuto semiótico, condi o propiciada pela muta o dos planos da semiótica, que resulta em uma forma, a semiótica, e uma substância, o texto (Badir, 2014, p. 185); ela oferece ao objeto semiótico, antes de qualquer coisa,

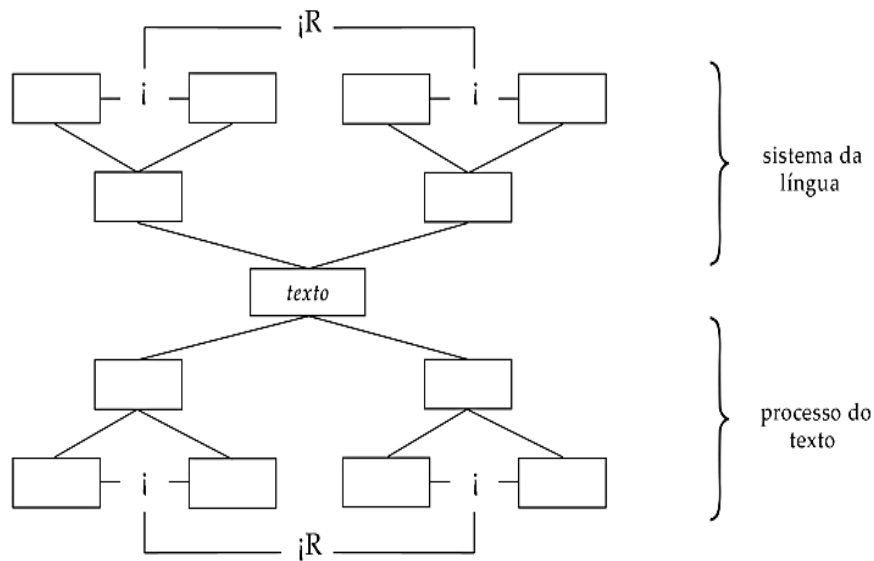
¹² “[...] une fonction entre d’autres dérivés de premier degré d’une seule et même classe et appartenant au même rang.”

¹³ Para mais informa es sobre a muta o, consultar Badir (2014, p. 105-113).

uma definição, permitindo caracterizá-lo como uma hierarquia, para, em seguida, especificá-lo entre as hierarquias existentes.

Uma hierarquia é definida como uma classe de classe em que cada componente de uma classe do nível imediatamente superior pode se tornar uma outra classe. O primeiro nível da hierarquia concerne ao plano da expressão e ao plano do conteúdo:

Figura 3: Representação operacional de uma semiótica.



Fonte: Badir (2014, p. 126).

Um complexo de análise (ver Figura 3) é válido nos casos de um objeto em que a hierarquia se desdobra em um texto (análise sintagmática) e em uma língua (análise paradigmática). É importante ressaltar que, antes mesmo da análise, esse objeto é, também, denominado “texto” (Badir, 2014, p. 125). Tratando-se, neste caso, do texto absoluto ou epistemológico.

Um elemento qualquer só pode ser considerado como texto-objeto (ou objeto semiótico) a partir da análise; antes disso, não há como saber a sua natureza. A análise postulará, em nível epistemológico – e, por isso, hipotético – uma grandeza homogênea e não discreta, um sistema semiótico (isto é, o texto absoluto), que deu origem ao objeto semiótico (o texto-objeto). A relação é pressuposta pela lógica. Assim, é pela análise – uma operação universal adequada a qualquer objeto (Badir, 2014, p. 157) – que o texto absoluto dá lugar às unidades, às partes, aos constituintes da cadeia. Tendo isso em consideração, pode-se compreender o motivo de o *texto* ser concebido como sinônimo de *objeto semiótico* na teoria; ele representa o todo epistemológico e, ao mesmo tempo, as suas partes produtoras de significação.

4. O percurso textual

Com a compreensão do papel preponderante exercido pela análise, vemos diante das condições necessárias para organizar, em percurso lógico e gradativo, as etapas que o texto perpassa desde a grandeza epistemológica até a sua manifestação em texto-objeto. Lembramos que um dado elemento apenas pode ser considerado objeto semiótico (ou seja, texto-objeto) a partir do momento teórico em que há uma análise. Todo o percurso que a grandeza não analisada atravessa até a sua textualização (e manifestação) somente pode ser recuperado – ou melhor, organizado – por uma pressuposição lógica.

O termo *percurso* é aqui utilizado em sentido correlato àquele definido na semiótica, nas palavras de Greimas e Courtés (2008 [1979]): “não somente uma disposição linear e ordenada dos elementos entre os quais se efetua, mas também uma progressão de um ponto ao outro, graças às instâncias intermediárias” (p. 362). Na semiótica greimasiana, temos o já consolidado percurso gerativo do sentido, em que as estruturas *a quo* são justapostas com as estruturas *ad quem*, espaço cujos componentes, que fazem parte do processo, assumem uma direção do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, das estruturas sêmio-narrativas às estruturas discursivas¹⁴.

O percurso que propomos tem como foco a geração do texto enquanto objeto, mais especificamente, o processo de geração do objeto da semiótica, partindo das estruturas mais simples e abstratas às mais complexas e concretas, com vistas à dimensão textual. Entende-se que o percurso parte das estruturas mais simples porque a grandeza que lhe dá origem é homogênea; ao final do processo desencadeado pela análise, ao final do percurso, teremos acesso a uma grandeza heterogênea, muito mais complexa e concreta do que a outra, manifestada depois de perpassar pela instância da textualização, fazendo uso dos planos da expressão e do conteúdo. O percurso descrito passa, entre um polo e outro, por duas instâncias intermediárias.

4.1 As instâncias intermediárias do percurso textual

O texto absoluto, entendido como a grandeza não quantificável, geral e não analisada, tem o seu *status* alterado com a entrada em cena da análise. Ela dá início à operação de discretização da homogeneidade; para isso, atravessará instâncias intermediárias, que levam o percurso de um polo a outro. Essas instâncias funcionam como gramáticas, isto é, como simulacros das realizações

¹⁴ Salientamos, no entanto, que a noção de texto, tal como defendida neste trabalho, extrapola o percurso gerativo de sentido por ser compreendida como (i) uma grandeza epistemológica prévia a qualquer análise – ou seja, quando não há ainda um percurso de sentido em curso e (ii) um objeto semiótico formado pelo plano de conteúdo e da expressão. Desta maneira, o conhecido percurso gerativo de sentido, na perspectiva assumida, representa apenas uma parte do percurso textual responsável pela geração do objeto semiótico.

possíveis, regendo o conjunto das regras previstas pelo sistema. São elas: (i) instância textual e (ii) instância da textualização.

A instância textual é o primeiro estágio onde uma certa discretização começa a operar; neste estágio, não tratamos mais de uma grandeza absoluta, pois uma análise já está em curso para gerar um objeto semiótico. Essa instância aciona uma gramática geral, a partir de um sistema semiótico, funcionando como um arcabouço responsável por guardar todos os códigos – ou linguagens – passíveis de serem manifestados. Nela não há ainda uma especificação do plano de expressão que será atribuído na manifestação: cabe à instância seguinte do percurso, a da textualização, assumir esse papel.

Nesta etapa, não há como distinguir se um dado elemento será, ao final do percurso, uma cantiga de ninar ou um imagem científica; não somente porque as linguagens não foram especificadas, mas também porque o conteúdo não está, ainda, organizado como tal – esse será gerado a partir dos micropercursos que entrarão em cena no percurso textual após a passagem por essa primeira instância. O que há, neste ponto do percurso, é somente um amontoado de possibilidades que passam a existir após a análise. Esses elementos possíveis não podiam ser considerados como tal antes da análise, no texto-absoluto, por formarem uma grandeza homogênea e não discreta. A análise, somente ela, torna possível que uma instância textual, que coloca em existência as unidades, passe a existir.

A primeira instância intermediária aciona todas as possibilidades geradas pelo sistema e que se encontram em modo virtual; é a partir desse conjunto ilimitado de possibilidades que a textualização, na segunda instância, reclama os elementos que julga necessários. Sendo assim, a primeira articulação da significação neste ponto do percurso textual é comum a todos os textos-objetos, independente das especificidades do plano de expressão.

A segunda instância é a da textualização. Conjugados no plano do conteúdo e da expressão, os recursos utilizados nesta instância são organizados em um conjunto denominado sintaxe textual, que, em oposição e em complementação à semântica, constitui uma gramática ou uma semiótica. Sendo, pois, a sintaxe textual, a organização dos procedimentos de textualização, ela funciona como uma gramática e uma totalidade do campo de manifestação. Os elementos que antes existiam pelo modo virtual, agora, encontram-se atualizados e prontos para a realização. Nesta etapa, um dado elemento pode receber uma ou mais linguagens; os objetos sincréticos, por exemplo, são formados a partir de duas ou mais linguagens, como é o caso da dança, que coloca em interação as linguagens visuais, gestuais e musicais.

Greimas e Courtés (2008 [1979]) salientam que “no momento em que se efetua, a textualização reencontra com certo número de coerções ao mesmo

tempo em que se beneficia das vantagens que lhe são conferidas pelas propriedades características do próprio texto” (p. 462). Um cálculo algébrico, por exemplo, recebe a linearidade como coerção para que possa ser manifestado em uma representação. Sabe-se, no entanto, que a linearidade de um texto-objeto depende do tipo de significante que será atribuído no momento da manifestação; como apontam os autores, ela pode ser temporal, por exemplo, para as línguas orais, ou espacial para a escrita e a pintura.

Além das duas instâncias mais gerais, outras implicações são pressupostas no percurso (ver Figura 4), que são espécies de micropercurso, localizados no interior de cada uma das instâncias e na passagem de uma a outra; podemos citar, como exemplos, a entrada em cena da enunciação, a existência do discurso, no que se refere à passagem da instância textual para a instância da textualização, e a semiose e a manifestação – estas últimas só se fazem presentes quando a instância da textualização vislumbra o seu objeto final, o texto-objeto.

Apresentamos, a seguir (ver Figura 4), a organização do percurso textual:

Figura 4: Percurso textual da geração do objeto semiótico.



Fonte: Elaboração própria.

4.2 Os micropercurso das instâncias

Quando a análise está em curso – e a grandeza, outrora homogênea, torna-se discretizada –, uma variedade de linguagens são percebíveis pelo processo textual; esses elementos e códigos são armazenados em um arcabouço do sistema semiótico, chamado de instância textual. Antes que uma ou mais dessas linguagens sejam acionadas para compor um objeto semiótico, dois micropercurso são instaurados: a enunciação e, por consequência, o discurso. Os

micropercursos serão os responsáveis por levar o percurso textual em direção à instância da textualização. É nessa próxima instância, quando os sistemas são correlacionados e, conseqüentemente, há a escolha de uma ou várias linguagens – e a prevalência dela(s) sobre outras –, que a textualidade se constitui¹⁵.

Diante disso, acreditamos ser necessário explicar como um sistema virtualizado dá lugar à realização no processo textual: a passagem do sistema e das possibilidades para a realização ocorre pela enunciação¹⁶. Ela é o micropercurso que está entre a instância textual e a instância da textualização. Trata-se de uma espécie de micropercurso que ganha existência e atua como uma força que direciona o percurso textual para a instância da textualização, e desta para a manifestação em texto-objeto. A enunciação está entre o sistema e o “dito”, o virtual e o realizado, localizada no meio do percurso entre o texto absoluto e o texto-objeto.

O texto-objeto será manifestado, no micropercurso da manifestação, quando existirem, na instância da gramática textual, os elementos necessários para a sua realização. A passagem da virtualização para a atualização permite que esses elementos estejam aptos a serem realizados na manifestação. O percurso funciona como uma espiral; os elementos são repetíveis a cada etapa do percurso, sendo-lhes atribuídas organizações cada vez mais complexas. Dessa maneira, há uma quantidade finita de linguagens e sistemas semióticos na gramática textual, mas infinitas possibilidades de combinações na instância da textualização.

Ainda sobre o primeiro micropercurso, o da enunciação, este desencadeia um *ato de intencionalidade*, uma espécie de *visada de mundo*, que resulta na colocação em discurso, que fará com que o texto-objeto seja histórico, contextual e intertextual. Greimas e Courtés (2008 [1979]) afirmam que “[...] a enunciação é um enunciado cuja função-predicado é denominada ‘intencionalidade’, e cujo objeto é o enunciado-discurso” (p. 168). Assim, é na enunciação que um sujeito, um espaço e um tempo são acionados no percurso textual.

A enunciação, então, pressupõe o micropercurso do discurso, que funciona como uma atualização, convertendo as unidades *in absentia* em unidades *in praesentia* da língua (linguagem) e do universo discursivo (Fiorin, 2012). No discurso, localizado logo após a instância textual, não há uma expressão definida, sendo, por isso, da ordem da imanência – em contraposição à manifestação. Essa característica, dada a sua localização no percurso textual, permite que um

¹⁵ A grosso modo, a textualidade é entendida, neste trabalho, como resultado da instância da textualização, tratando, portanto, da natureza do texto; a textualização, por sua vez, refere-se a “um conjunto dos procedimentos [...] que visam à constituição de um contínuo discursivo, anteriormente à manifestação nesta ou naquela semiótica [...]” (Greimas e Courtés, 2008 [1979]). A nosso ver, a textualização dá lugar às coerções impostas pelas linguagens (por exemplo: a linearidade no texto verbal escrito) ao vislumbrar a manifestação no percurso textual.

¹⁶ Utilizamos enunciação, no sentido empregado por Greimas e Courtés (2008, p. 168), quando dizem que, enquanto ato, a enunciação “tem por efeito produzir a semiose [...], sequência contínua de atos semióticos que se denomina manifestação”.

discurso qualquer possa passar por diferentes substâncias. Por exemplo: o discurso ecológico pode ser manifestado em um texto jornalístico que defenda uma intervenção maior do governo na proteção da Amazônia ou em uma imagem cartográfica que retrate o crescimento do desmatamento das áreas de reservas brasileiras nos últimos meses.

Seguindo a trajetória do percurso textual, chegamos à instância da textualização. Ela acionará, então, dois outros micropercurso: a semiose e a manifestação. Último micropercurso da instância textual, o discurso leva à textualização, fazendo com que uma (ou mais) linguagem(ns) seja(m) escolhida(s), a partir de uma visada paradigmática ou sintagmática. Nesta etapa, o percurso textual conta não apenas com o plano do conteúdo, mas também com o plano da expressão. Assim, a instância da textualização pressupõe a semiose (ou a função semiótica), entendida como “operação que, ao instaurar uma relação de pressuposição recíproca entre a forma da expressão e a do conteúdo [...] produz signos” (Greimas e Courtés, 2008 [1979], p. 447-8). A textualização, como instância geral dos micropercursos da semiose e da manifestação, organiza uma espécie de sintaxe textual, cuja atuação se dá em ambos os planos do objeto, visando um contínuo discursivo em uma determinada semiótica.

A função semiótica cria efeitos de sentido, de maneira que todo ato de linguagem implique a sua existência enquanto categoria sêmica. No percurso textual, ela está imediatamente anterior ao micropercurso da manifestação. Assim, a manifestação “pressupõe, como condição, a semiose (ou o ato semiótico), conjungindo a forma da expressão e a do conteúdo antes mesmo, por assim dizer, de sua realização material” (Greimas e Courtés, 2008 [1979], p. 299-300). Ambos micropercursos, da semiose e da manifestação, tal qual a enunciação e o discurso, mantém uma relação de pressuposição.

De acordo com Bevidas (2015), o plano da expressão é organizado em níveis de articulação, os quais se distribuem em diferentes níveis de profundidade, de maneira que a estrutura da manifestação (isto é, o micropercurso da manifestação) faça parte de uma instância mais geral (neste caso, da instância da textualização), e não seja uma simples manifestação concreta. Em outras palavras, o micropercurso da manifestação, junto com o micropercurso da semiose, produz significação; a manifestação “seria a instância das articulações que recebem no ato de semiose as coerções da matéria significante (também ela, por sua vez, passada pelo crivo da forma)” (Bevidas, 2015, p. 54).

Tendo em vista a noção de manifestação como produtora de significação e o princípio de isomorfismo hjelmsleviano, entende-se que uma dada alteração no plano do conteúdo acarreta uma mudança imediata no plano da expressão. Por exemplo: se na pintura de Girassóis (1888), de Van Gogh, retirássemos, hipoteticamente, todo o conteúdo que remetesse à morte, possivelmente a

composição e o arranjo entre os tons de amarelo, ocre, laranja, marrom, etc, usados no plano de expressão seriam diferentes. Outras organizações poderiam receber alteração também, como a disposição espacial – a topologia – dos elementos, os quais poderiam estar localizados mais ao centro ou no limite da margem, ou ainda ser mais (ou menos) curvados ou retilíneos.

Por fim, ao passar pelas instâncias textual (e os micropercursos da enunciação e do discurso) e da textualização (e os micropercursos da semiose e da manifestação), um dado elemento torna-se um texto-objeto, isto é, um objeto semiótico. Lembramos que a análise, instaurada no início do percurso, ao considerar a virtualização de um sistema (o texto absoluto), permite que o percurso textual gere o objeto da semiótica. O fenômeno ocorre da seguinte maneira: há um elemento no mundo natural não identificável. Não se pode afirmar se se trata de um objeto semiótico, essa confirmação só poderá ser possível após a instauração de uma análise.

Com a entrada em cena da análise, o percurso textual passa a existir e um texto absoluto é pressuposto logicamente. A partir disso, a instância textual reclama as linguagens e elementos do conteúdo, para que a instância da textualização faça as escolhas necessárias. Assim, na primeira instância, o elemento não identificável do mundo natural não sabe ainda quais linguagens e conteúdos receberá. Os micropercursos do discurso e da enunciação agem para instaurar elementos do conteúdo: um ponto de vista, um sujeito, um espaço, um tempo, além dos conteúdos históricos, ideológicos, contextuais, pragmáticos, etc. Na instância seguinte, o elemento, agora, parcialmente identificável, receberá uma (ou mais) linguagem(ns) nos micropercursos da semiose e da manifestação. O elemento poderá ser, por exemplo, textualizado como um objeto arquitetural, ou mais especificamente, um prédio de museu. Ele receberá características cromáticas, topológicas, efeitos de texturização e de profundidade, etc. Ao final dessa etapa, o elemento é, então, manifestado e passa a ser um objeto semiótico, ou seja, um texto-objeto.

Conclusão (ou Por que ainda o texto?)

Toda noção tem uma história e uma filiação filosófica, um uso ideológico, semiótico e pragmático. Recuperar o uso de uma noção, ou de um conceito, não é um empreendimento simples, sobretudo quando o seu uso é compartilhado por diferentes áreas, e, dentro delas, por suas vertentes – como é o caso da semiótica: a tensiva, a sociosemiótica, a fontanilliana, etc. –, ou até mesmo pelo senso comum. Em cada uma dessas esferas, o texto recebe acepções diferentes; não há, por essa razão, uma noção única de texto na semiótica, mas diferentes noções que são sustentadas por diferentes acepções.

Neste trabalho, por razões de contingência espacial impostas pelo gênero e para manter o foco aos objetivos que nos propusemos, limitamo-nos a investigar a noção de texto na obra de Hjelmslev e colocá-la em diálogo com a noção de texto presente na obra de Greimas. A partir das duas acepções de textos presentes na obra do linguista, o semiótico lituano encontrou o caminho aberto para pensar o objeto do projeto científico que estava erigindo – de um lado, como uma entidade teórica e geral e, de outro, como empírica e específica. Considerando as acepções de textos que emergiram nesses escritos, cujas denominações são, neste trabalho, texto absoluto e texto-objeto, propusemo-nos a compreender a relação estabelecida entre elas em um percurso textual gerativo.

O percurso textual que organizamos visou a geração do objeto da semiótica. Tratamos, portanto, de todos os objetos geradores de significação. Com isso, referimo-nos aos textos de substâncias verbais (a literatura, a entrevista oral, as receitas culinárias escritas à mão, etc), verbo-visuais (o cinema, a HQ, os memes com textos escritos, os vídeos do Youtube), verbal-melódicos (canção, canto de torcidas de futebol, ladainha), visuais (pintura, fotografia, ilustração), espaciais (prédio do museu, estádio de futebol, cidade), gestuais (gestos faciais, mímica), etc. Além desses, consideramos, ainda, como textos, as práticas, as experiências humanas, as formas de vida, etc.

Entendemos, assim, que a expressão greimasiana “fora do texto não há salvação” continua válida nos dias atuais, se considerarmos as acepções de texto tratadas ao longo deste trabalho: o texto absoluto, mais próximo do sistema, e o texto-objeto, compreendido como todo e qualquer objeto semiótico, desencadeado pela análise e gerado a partir de um percurso gerativo textual.

Quando, diante da diversidade de nomenclaturas para os objetos semióticos, perguntamo-nos: “por que ainda o texto?”, – foi preciso atentarmos para a complexidade do objeto em sua natureza. Se por um lado, considera-se o texto como o resultado da manifestação, ele é, também, o próprio desencadeador do processo gerativo, lá no início do percurso textual, permitindo com que uma expressão se una a um conteúdo. Desse modo, valendo-nos do uso da licença poética, dizemos que ele é, de certa maneira, o criador e a própria criatura. Ou melhor, a grandeza geradora e o seu objeto resultante. Por fim, respondendo à questão: ainda é o texto porque ele é, e continuará sendo, um conceito epistemológico fundador da teoria e, também, o seu objeto. ●

Referências

- BADIR, Sémir. A noção de texto em Hjelmslev. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*. v. 13, n. 2, p. 88-95, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/724>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BADIR, Sémir. Le texte : objet théorique, objet empirique. In: JEANNERET, Yves. MEEÛS, Nicolas (dir.). *Que faisons-nous du texte?* Paris : PUPS, 2012. p. 11-22.
- BADIR, Sémir. *Épistémologie sémiotique*. La théorie du langage de Louis Hjelmslev. Paris : Honoré Champion, 2014.
- CONTE, Maria-Elisabeth. Text in Hjelmslev. // *Protagora*, 7/8, 1985. p. 171-179.
- DE ANGELIS, Rossana. La notion de texte entre linguistique et sémiotique pendant les années 1970 – 1990. In: ABLALI, D.; ACHARD-BAYLE, G.; REBOUL-TOURÉ, S.; TEMMAR, M. (éds). *Texte et discours en confrontation dans l'espace européen*. Bruxelles: Peter Lang, 2018.
- FLOCH, Jean-Marie. *Sémiotique, marketing et communication*. Sous les signes, les stratégies. Paris : PUF, 1990.
- FONTANILLE, Jacques. *Pratiques sémiotiques*. Paris : PUF, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien. A enunciação (uma postura epistemológica). Trad. Jean Cristtus Portela e Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz. Arquivo em formato digital (pdf). 2016 [1974].
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Contexto, 2008 [1979].
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. 2a ed. Perspectiva: São Paulo, 2013 [1943].
- HJELMSLEV, Louis. *Résumé d'une théorie du langage*. Traduction et édition numérique par Alain Herreman. 2010 [1975]. Disponível em: <https://resume.univ-rennes1.fr/>
- KYHENG, Rossitza. Hjelmslev et le concept de texte en linguistique. *Texto!*, v. 10, n. 3, set. 2005. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Inedits/Kyheng/Kyheng_Hjelmslev.html>. Acesso em: 09 jun. 2017.
- LANDOWSKI, Éric. *La société réfléchie*. Paris: Le Seuil, 1989.
- LINDENBERG LEMOS, Carolina. *Condições semióticas da repetição*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo et Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Liège, 2015.
- RASTIER, François. Les fondations de la sémiotique et le problème du texte. Questions sur les Prolegomènes à une théorie du langage de Louis Hjelmslev. In: ZINNA, A. (ed.). *Hjelmslev aujourd'hui*. Turnhout: Brepols, 1997. p. 141-164.
- SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. A noção de texto e os níveis de pertinência da análise semiótica. *Estudos Semióticos*, v. 14, n. 1. São Paulo, 2018. p. 1-6. Número especial em homenagem ao centenário de Greimas, parte II. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse/article/view/144288>. Acesso em: 25 mar. 2018.

The notion of text in semiotics: from absolute text to object-text

 MORAES, Letícia

Abstract: This paper consists of a study on the notion of text in the semiotics of Greimas. In this work, a textual path hypothesis is presented, demonstrating how the generation of the text occurs from an epistemological notion to its manifestation in a semiotic object. Based on the studies of L. Hjelmslev (2013 [1943]) and A. J. Greimas (1974; 2008 [1979], in collaboration with J. Courtés), the importance of Hjelmslevian analysis for the constitution of the semiotic object is discussed and we present a hypothesis of organization of the textual generative path, revealing its poles and its intermediate instances – the textual instance and the textualization instance. The textual path, which has its beginning marked in the absolute text and its end in the manifestation of the object-text, helps to understand how the different objects (e. g. the song, the painting, the dance, the architecture, the social practices, etc.) can be conceived based on an unanalyzed, non-quantifiable and general notion. The proposal is expected to contribute to the discussion of the text as an object of semiotics.

Keywords: text; semiotics; epistemology; Hjelmslev; textual path.

Como citar este artigo

MORAES, Letícia. A noção de texto na semiótica: do texto-absoluto ao texto-objeto. *Estudos Semióticos* [online]. Volume 16, número 3. São Paulo, dezembro de 2020. p. 233-250. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

MORAES, Letícia. A noção de texto na semiótica: do texto-absoluto ao texto-objeto. *Estudos Semióticos* [online]. Vol. 16.3. São Paulo, december 2020. p. 233-250. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: year/month/day.

Data de recebimento do artigo: 11/07/2020.

Data de aprovação do artigo: 19/10/2020.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons License CC BY-NC-SA 4.0.

